



Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
 Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
 Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43300068498

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

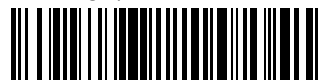
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSE2400288752

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

MINAS DO LEAO

Local

21 Agosto 2025

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/____

Data

Responsável

NÃO ____/____/____

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.





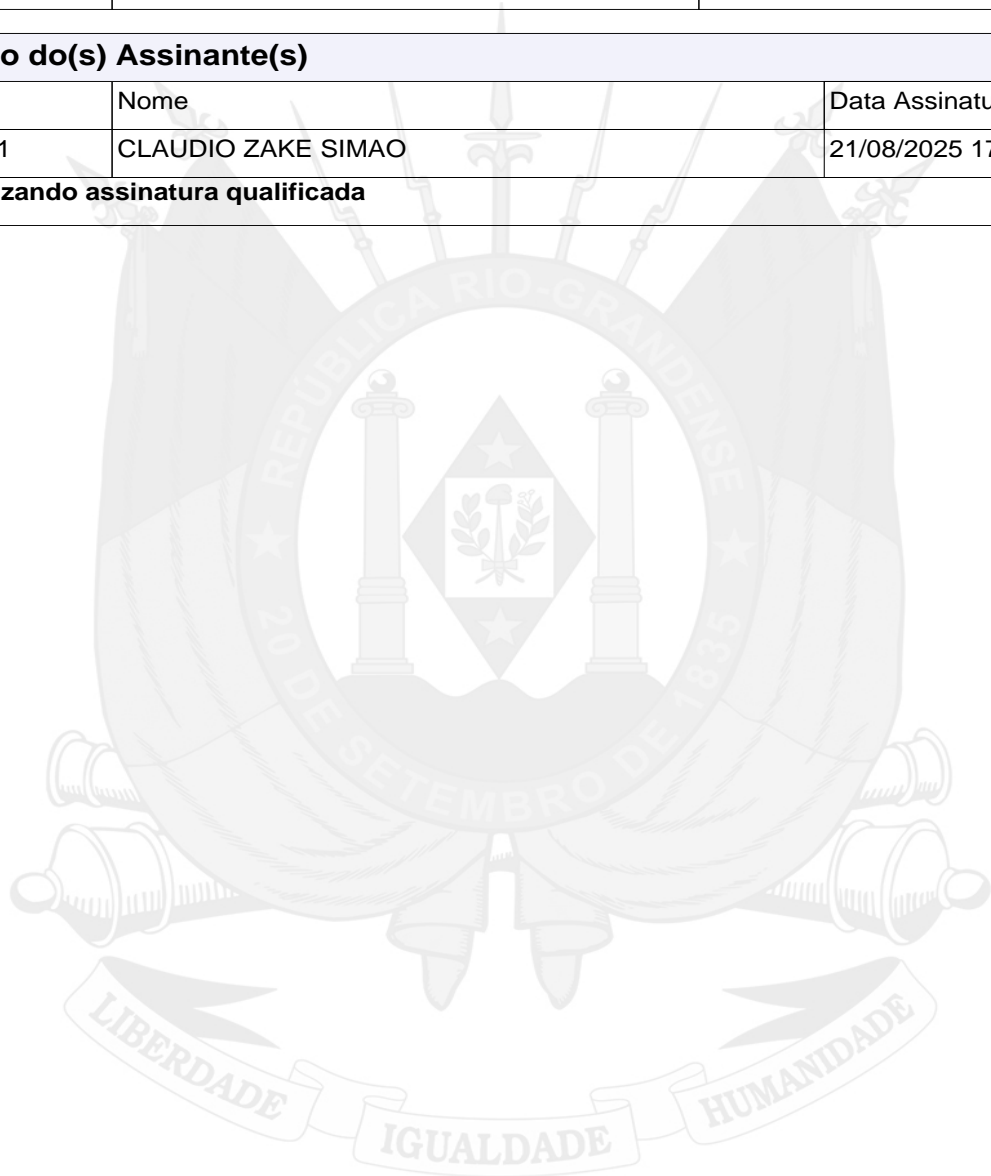
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL

CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ/MF nº 03.505.185/0001-84

NIRE 43.300.068.498

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024.

- 1. Data, Hora e Local.** Em 30 de abril de 2024, às 15:00, de forma digital, por videoconferência, considerada, para todos os fins, como realizada na sede da CRVR – Riograndense Valorização e Resíduos S.A., localizada no município de Minas do Leão, estado do Rio Grande do Sul, na BR-290, km 181, s/n, parte, CEP 96755-000 (“Companhia”).
- 2. Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 (“LSA”) em decorrência da presença de acionistas representando da totalidade do capital social, presencialmente ou por teleconferência, abaixo subscritos.
- 3. Mesa.** Presidente: Leomyr Castro Girondi. Secretário: Rafael Hollweg Salamoni.
- 4. Ordem do Dia.** Nos termos do artigo 132 da LSA, (i) o exame, discussão e votação das contas dos administradores, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (“Exercício 2023”); (ii) a destinação dos resultados do Exercício 2023; e (iii) a instalação do Conselho Fiscal.
- 5. Deliberações.** Os acionistas, após a análise de todos os documentos colocados à disposição dos presentes e discussão das matérias constantes da ordem do dia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidiram:
 - 5.1. Ratificar a anuência das acionistas quanto à publicação das demonstrações financeiras da Companhia de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme o comprovante de publicação anexo a esta ata, por se enquadrar nos requisitos do artigo 294, inciso III, da Lei das S.A., em exceção ao disposto no artigo 289 da referida Lei, e nos termos da Portaria ME nº 12.071/2021;
 - 5.2. Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício 2023, inclusive em relação às formalidades de publicação.;
 - 5.3. Destinar o lucro líquido auferido pela Companhia no Exercício de 2023, de valor total de R\$ 46.941.782,37 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos) da seguinte forma:

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.quaisign.com.br/login/dc-validar> através do código QM/CC-PKU6M-8JMH-H-DYSWL ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas



(a) O valor de R\$ 2.347.089,12 (dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, oitenta e nove reais e doze centavos) será destinado à Reserva Legal; e

(b) O valor de R\$ R\$ 44.594.693,25 (quarenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos), será destinado a reserva de retenção de lucros da Companhia, dispensando a distribuição de dividendos obrigatórios de 40% (quarenta por cento) conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de dezembro de 2023, registrado sob o nº 9698067, nesta Junta Comercial.

5.4. Deliberar pela não instalação do Conselho Fiscal, conforme facultado pela LSA.

6. Encerramento. Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Acionista: Riograndense Participações S.A. (Representada por Leomyr Castro Girondi e Rafael Hollweg Salamoni).

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Minas do Leão/RS, 30 de abril de 2024.

Mesa:

Leomyr Castro Girondi

Presidente de Mesa

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código QM/CC-PKU6M-8JMH-H-DYSWL ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 23/07/2025

Dados do Documento

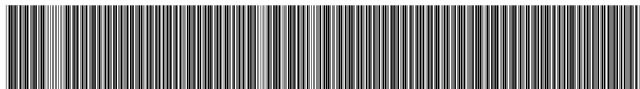
Tipo de Documento: AGO - Assembleia Geral Ordinária
Referência Contrato: 240430 - CRVR - AGO (Contas 2023) - vjunta
Situação: Vigente / Ativo
Data da Criação: 21/07/2025
Validade: 21/07/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento: 404548EC748A29B39BD9EE3414E5B7D3E13AD22AC3ED0189FA9A0F9AE7E0DB01

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Representantes		
Relacionamento	03.505.185/0001-84 - CRVR - MINAS DO LEAO		
Representante			CPF
LEOMYR DE CASTRO GIRONDI			479.570.930-00
Ação:	Assinado em 22/07/2025 04:19:21 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6795F60FBB7BC060	IP:	168.181.36.37
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/138.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **QMICC-PKU6M-8JMHH-DYSWL**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código QMICC-PKU6M-8JMHH-DYSWL ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <http://portal.qualisign.com.br/login/dc-validar> através do código QM/CC-PKU6M-8JMH-H-DYSWL ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas





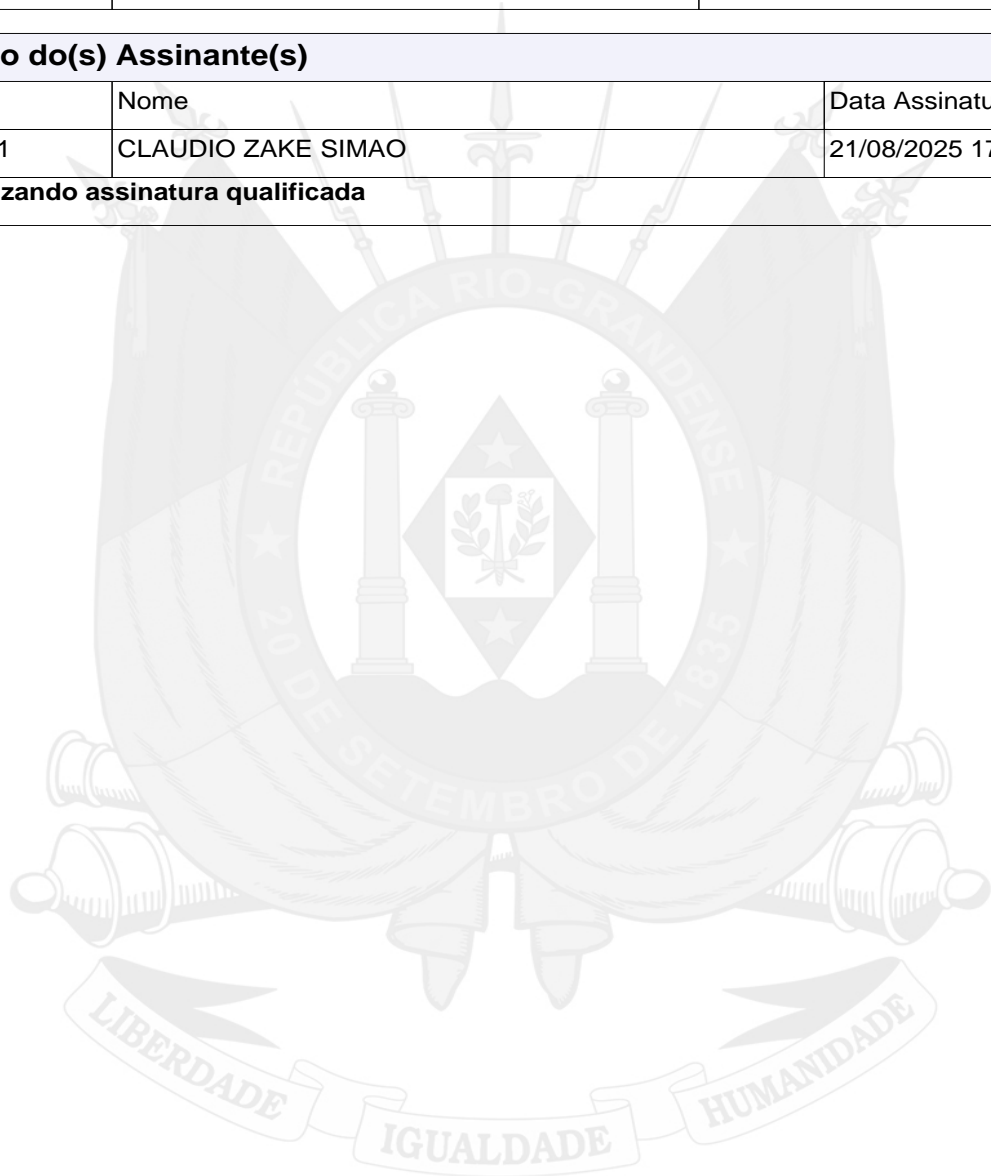
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL



CNPJ **Razão Social** **Data de Publicação** **Hash de Publicação**
03.505.185/0001-84 CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A. 16/04/2024 14:51:07 FB093A164412B1CE74066DA6360EC1F5E042862F

Balanco Patrimonial (BP)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2023	31/12/2023	Não	Participante-Upload

Titulo
Demonstrações Financeiras 2023 - 4920 - CRVR

Descrição

Anexos

<u>Tipo de Anexo</u>	<u>Titulo</u>	<u>Descrição</u>
----------------------	---------------	------------------



Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
CRVR RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S A:03505185000184	03.505.185/0001-84	16/04/2024 14:51:07	Participante	Certificado Digital



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



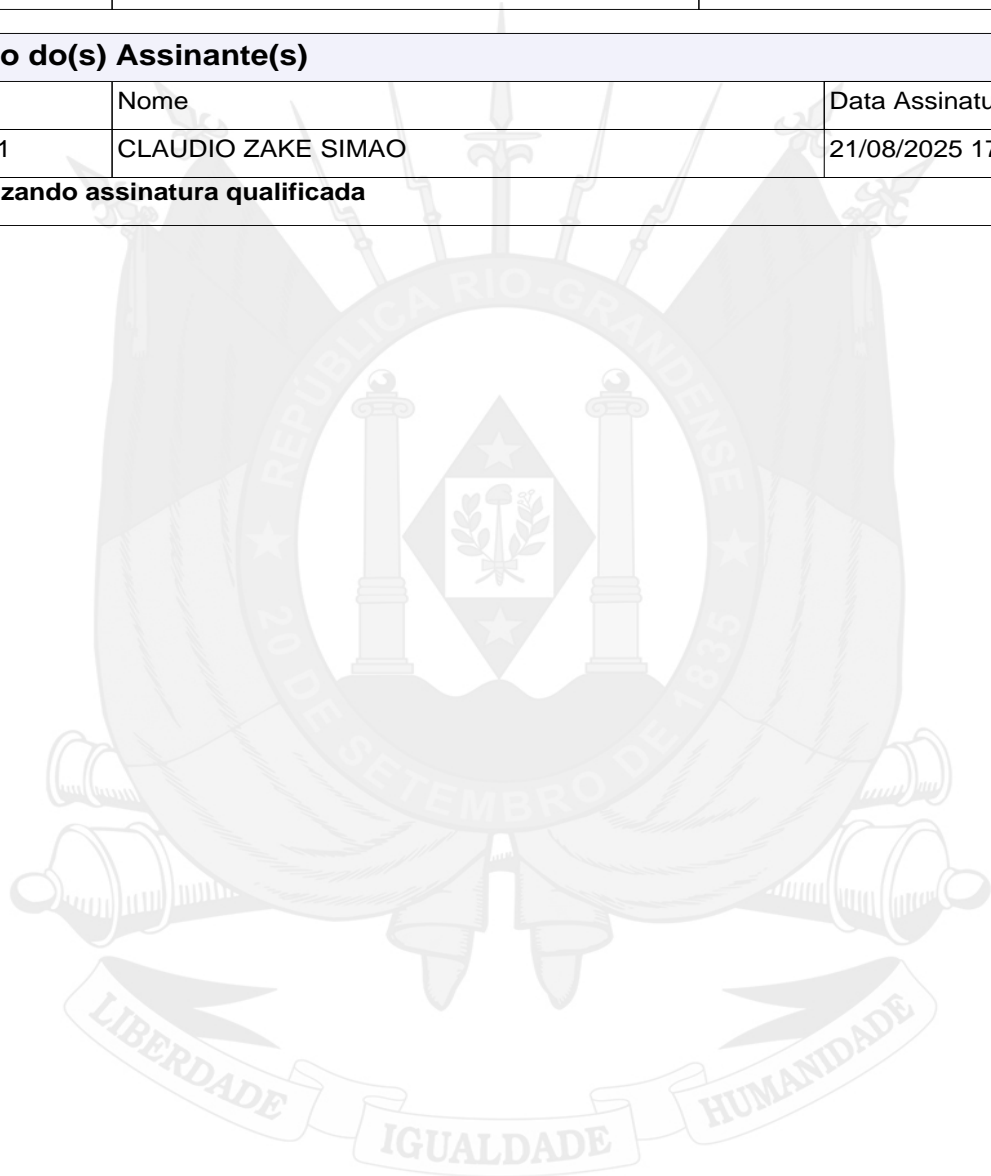
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Minas do Leão – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas

1

demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia assume obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 20. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da provisão da Companhia, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

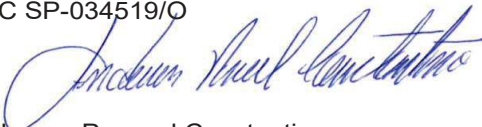
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

**31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório dos Auditores Independentes**



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO GERAL

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Balança patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	74.396	59.109	Fornecedores	14	25.065	14.945
Títulos e valores mobiliários	10	-	93	Empréstimos e financiamentos	16	3.380	3.397
Contas a receber de clientes	11	60.876	39.088	Debêntures	17	8.428	801
Estoques		6.031	9.038	Passivo de arrendamento		180	-
Impostos a recuperar	12	5.616	1.485	Salários, benefícios e encargos sociais	18	4.143	3.787
Outras contas a receber		867	727	Impostos, taxas e contribuições	19	11.071	5.349
Adiantamento a fornecedores		575	-	Adiantamentos de clientes		1.705	2.092
Ativos mantidos para venda		1.470	1.470	Outras contas a pagar		14	-
Total do ativo circulante		149.831	111.010	Total do passivo circulante		53.986	30.371
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:				Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários	10	-	2.209	Fornecedores	14	6	429
Impostos a recuperar	12	3.826	6.735	Empréstimos e financiamentos	16	533	3.904
Contas a receber de clientes	11	5.991	6.104	Debêntures	17	126.990	72.960
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	83.736	46.924	Passivo de arrendamento		173	-
Ativo fiscal diferido	21	19.601	20.852	Provisões	20	67.104	68.178
Outras contas a receber		-	165	Total do passivo não circulante		194.806	145.471
Depósitos judiciais		59	74				
		113.213	83.063	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	179.899	135.660	Capital social	23	92.225	82.124
Direito de uso - Arrendamento		353	-	Reserva de capital		4.491	4.491
Intangível		79	106	Reservas de lucros		97.874	67.383
		180.331	135.766	Ajustes de avaliação patrimonial		(7)	(1)
Total do ativo não circulante		293.544	218.829	Total do patrimônio líquido		194.583	153.997
TOTAL DO ATIVO		443.375	329.839	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		443.375	329.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	24	240.197	185.678
Custo dos serviços prestados	25	(144.431)	(128.878)
Lucro bruto		95.766	56.800
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	26	(5.223)	(2.576)
Despesas administrativas	27	(10.965)	(8.178)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(3.244)	213
Receitas e despesas operacionais líquidas		(19.432)	(10.541)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		76.334	46.259
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	29	21.250	7.006
Despesas financeiras	29	(22.491)	(6.689)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.241)	317
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		75.093	46.576
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21	(26.900)	(19.709)
Diferido	21	(1.251)	3.535
Lucro líquido do exercício		46.942	30.402
Lucro por ação	31		
Lucro por ação - básico e diluído - em R\$		0,57	0,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 18/62

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	46.942	30.402
Remensuração do passivo de benefício definido	(6)	(3)
Total do resultado abrangente da Companhia	46.936	30.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros					Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	54.904	4.491	3.603	33.378	-	2	96.378
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.402	-	30.402
Aumento do capital social	27.220	-	-	-	-	-	27.220
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	30.402	(30.402)	-	-
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(3)	(3)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	82.124	4.491	3.603	63.780	-	(1)	153.997
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	46.942	-	46.942
Reserva legal	-	-	2.347	-	(2.347)	-	-
Aumento do capital social	10.101	-	-	-	-	-	10.101
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	44.595	(44.595)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.451)	-	-	(16.451)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	(6)	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	92.225	4.491	5.950	91.924	-	(7)	194.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	46.942	30.402
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações, amortizações, exaustões e redução ao valor recuperável do imobilizado e ativo do direito de uso	14.019	12.108
Baixa de imobilizado e intangível	699	52
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debentures e arrendamento	21.894	4.754
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(8.743)	(4.811)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	(1.126)	7.868
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	160	-
Provisão para crédito liquidação duvidosa	546	545
Provisão para contingências	(118)	121
Provisão de imposto de renda e contribuição social	26.900	19.709
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.251	(3.535)
Provisão para obrigações contratuais futuras	10	-
Aumento / Redução nos ativos operacionais		
Títulos e valores mobiliários	2.302	420
Contas a receber de clientes	(22.742)	11.303
Partes relacionadas	521	309
Impostos a recuperar	(14.930)	(5.202)
Estoques	3.007	(4.522)
Outras contas a receber	25	707
Adiantamento a fornecedores	(575)	-
Depósitos judiciais	15	25
Aumento / Redução nos passivos operacionais		
Fornecedores	19.144	15.172
Partes relacionadas	217	(500)
Salários benefícios e encargos sociais	350	(1.789)
Impostos taxas e contribuições	4.630	(1.540)
Adiantamento de clientes	(387)	(976)
Outras contas a pagar	14	(11)
Caixa proveniente das operações	94.025	80.609
Pagamento de impostos sobre o lucro	(12.100)	(15.485)
Mútuos ativos - recebimento de juros	-	489
Mútuos passivos - juros pagos	-	(228)
Debentures - juros pagos	(19.318)	-
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(930)	(4.169)
Passivo de arrendamento - juros pagos	(1)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.676	61.216
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuos ativos – concedidos	(28.239)	(23.557)
Mútuos ativos - recebimento principal	607	8.779
Aquisição de ativo imobilizado	(58.915)	(31.833)
Aquisição de intangível	-	(29)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(86.547)	(46.640)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos passivos – captação	-	5.000
Mútuos passivos – pagamento de principal	-	(5.258)
Emissão de debentures	60.000	75.000
Gastos com captação de debentures	-	(2.040)
Empréstimos e financiamentos – captação	-	13.000
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	(3.376)	(33.465)
Passivos de arrendamento – pagamento de principal	(15)	-
Dividendos pagos	(16.451)	(10.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	40.158	42.237
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.287	56.813
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	59.109	2.296
No final do exercício	74.396	59.109
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	15.287	56.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR” ou “Companhia”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão.

As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí.

Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades.

Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. A licença operacional para cada aterro sanitário possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº11 – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº13 – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa nº20 – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº21 – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionada acima no item (a)

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes:

- (a) Receita de contrato com clientes
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Benefícios a empregados
- (d) Imposto de renda e contribuição social
- (e) Estoques
- (f) Ativo imobilizado
- (g) Instrumentos financeiros
- (h) Redução ao valor recuperável (impairment)
- (i) Provisões
- (j) Ativos não circulantes mantidos para venda
- (k) Distribuição de dividendos
- (l) Arrendamento

a) Receita de contrato com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Destinação final de resíduos – Aterro

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem o um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Destinação final de resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias.

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados:

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Participação nos lucros:

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

i) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

iii) *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1)– Custos de empréstimos.

A Companhia deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

g) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimentos e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia, a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em suas demonstrações financeiras.

vi) *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

h) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros não - derivativos*

A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

ii) *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CRVR, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, A Companhia determina as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia,



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

j) Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos

mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 23.

l) Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado.

7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CRVR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital.

As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

i) Risco de mercado

Risco de câmbio



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2023 (14% em 2022), conforme abaixo.

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	74.396		8.667
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(139.331)	CDI e TJLP	(16.232)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(64.935)		
Efeito no resultado			(7.565)

Exposição Patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa	59.109		8.068
Títulos e valores mobiliários	2.209	CDI e TJLP	315
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.062)		(11.065)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(19.744)		
Efeito no resultado			(2.682)

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

Risco de preços

Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em consideração as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco seja mitigado.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	10.a	74.396	59.109
Títulos e valores mobiliários	10.b	-	2.302
Contas a receber de clientes	11	66.867	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	22	83.736	46.924
Outras contas a receber		867	892
		225.866	154.419

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor
									contábil
Caixa e equivalentes de caixa	74.396	-	-	-	-	-	-	-	74.396
Contas a receber de clientes	42.514	7.996	4.082	2.274	627	1.531	9.729	(1.886)	66.867
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	83.736	-	83.736
Outras contas a receber	867	-	-	-	-	-	-	-	867
	117.777	7.996	4.082	2.274	627	1.531	93.465	(1.886)	225.866

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor
									contábil
Caixa e equivalentes de caixa	59.109	-	-	-	-	-	-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários	2.302	-	-	-	-	-	-	-	2.302
Contas a receber de clientes	18.303	8.078	1.380	670	2.060	2.903	13.138	(1.340)	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	46.924	-	46.924
Outras contas a receber	727	-	-	-	-	-	165	-	892
	80.441	8.078	1.380	670	2.060	2.903	60.227	(1.340)	154.419

iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor
						contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	3.833	547	-	-	4.380	3.913
Fornecedores e outras contas a pagar	25.079	6	-	-	25.085	25.085
Debêntures (a)	25.824	42.667	105.646	27.974	202.111	135.418
Passivo de arrendamento	180	173	-	-	353	353
	54.916	43.393	105.646	27.974	231.929	164.769

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor
						contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	3.611	3.995	-	-	7.606	7.301
Fornecedores e outras contas a pagar	14.945	429	-	-	15.374	15.374
Debêntures (a)	11.291	37.459	58.176	15.500	122.426	73.761
	29.847	41.883	58.176	15.500	145.406	96.436

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado.

O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empréstimos e financiamentos, debêntures	139.331	81.062
Fornecedores e outras contas a pagar	25.085	15.374
Total Endividamento	164.416	96.436
(-) Caixa e caixa equivalente	(74.396)	(59.109)
(=) Endividamento líquido (a)	90.020	37.327
Patrimônio líquido	194.583	153.997
Capital social e endividamento líquido (b)	284.603	191.324
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	32%	20%

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2022	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	74.396	74.396	59.109	59.109
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	-	-	2.302	2.302
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	66.867	66.867	45.192	45.192
Outras contas a receber		Custo amortizado	867	867	892	892
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	83.736	83.736	46.924	46.924
Total			225.866	225.866	154.419	154.419
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	25.085	25.085	15.374	15.374
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	3.913	3.913	7.301	6.934
Debêntures		Custo amortizado	135.418	137.000	73.761	75.105
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	353	353	-	-
Total			164.769	166.351	96.436	97.413

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

9. Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 20b.

As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 20c.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalente de caixa

São compostos como segue:

	2023	2022
Caixa e bancos	246	211
Certificado de depósito bancário (CDB)	74.150	58.898
	74.396	59.109

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 96,41% em 2023 (95,09% em 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº8.

b) Títulos e valores mobiliários

O montante de R\$2.209 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 16). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo.

	2023	2022
Circulante	-	93
Não circulante	-	2.209
	-	2.302



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2023	2022
Clientes públicos:			
Valores faturados		25.794	11.531
Medições a faturar		29.343	18.677
		55.137	30.208
Clientes privados:			
Valores faturados		2.720	12.285
Medições a faturar		6.535	2.790
Crédito de carbono		3.633	-
		12.888	15.075
Perdas de crédito esperada		(1.886)	(1.340)
Partes relacionadas	22	728	1.249
Total		66.867	45.192
Circulante		60.876	39.088
Não circulante		5.991	6.104

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2023	2022
Valores a vencer	42.514	18.303
<i>Vencidos:</i>		
Até 30 dias	7.996	8.078
Entre 31 e 60 dias	4.082	1.380
Entre 61 e 90 dias	2.274	670
Entre 91 e 180 dias	627	2.060
Entre 181 e 360 dias	1.531	2.903
Acima de 360 dias	9.729	13.138
PECLD	(1.886)	(1.340)
	66.867	45.192

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico- financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.340)	(795)
Provisão do exercício	(2.531)	(2.087)
Reversão do exercício	1.985	1.542
Saldo final	(1.886)	(1.340)



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar

São compostos como segue:

	2023	2022
INSS	3.887	4.122
Pis e Cofins	2.740	1.181
IRPJ	2.230	2.440
CSLL	576	477
ICMS	4	-
Outros impostos	5	-
	9.442	8.220
Circulante	5.616	1.485
Não circulante	3.826	6.735

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2023		2022	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		165.552	(91.311)	74.241	58.096
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	39.227	(2.458)	36.769	26.403
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(505)	58	78
Máquinas e equipamentos	10%	27.528	(14.601)	12.927	13.940
Móveis e utensílios	10%	1.051	(554)	497	423
Equipamentos de informática	20%	1.434	(792)	642	635
Veículos e equipamentos	20%	583	(303)	280	378
Imobilizado em andamento		54.485	-	54.485	35.707
		290.423	(110.524)	179.899	135.660

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

(**) Terrenos não são depreciados



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado de 2023 e 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	139.693	15.821	-	10.038	165.552
Terrenos, edificações e construção civil	27.740	3.735	-	7.752	39.227
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	26.843	1.682	(1.297)	300	27.528
Móveis e utensílios	909	142	-	-	1.051
Equipamentos de informática	1.249	152	-	33	1.434
Veículos e equipamentos	583	-	-	-	583
Imobilizado em andamento	35.707	37.383	(482)	(18.123)	54.485
	233.287	58.915	(1.779)	-	290.423
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(81.597)	(9.714)	-	-	(91.311)
Terrenos, edificações e construção civil	(1.337)	(1.121)	-	-	(2.458)
Benfeitorias em bens de terceiros	(485)	(20)	-	-	(505)
Máquinas e equipamentos	(12.903)	(2.778)	1.080	-	(14.601)
Móveis e utensílios	(486)	(68)	-	-	(554)
Equipamentos de informática	(614)	(178)	-	-	(792)
Veículos e equipamentos	(205)	(98)	-	-	(303)
	(97.627)	(13.977)	1.080	-	(110.524)
Total	135.660	44.938	(699)	-	179.899

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	108.268	518	-	30.907	139.693
Terrenos, edificações e construção civil	32.949	68	-	(5.277)	27.740
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	22.702	3.682	-	459	26.843
Móveis e utensílios	838	71	-	-	909
Equipamentos de informática	754	474	-	21	1.249
Veículos e equipamentos	520	118	(55)	-	583
Imobilizado em andamento	34.915	26.902	-	(26.110)	35.707
	201.509	31.833	(55)	-	233.287
Depreciação	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	(72.863)	(8.499)	-	(235)	(81.597)
Terrenos, edificações e construção civil	(657)	(915)	-	235	(1.337)
Benfeitorias em bens de terceiros	(465)	(20)	-	-	(485)
Máquinas e equipamentos	(10.538)	(2.365)	-	-	(12.903)
Móveis e utensílios	(418)	(68)	-	-	(486)
Equipamentos de informática	(500)	(114)	-	-	(614)
Veículos e equipamentos	(107)	(101)	3	-	(205)
	(85.548)	(12.082)	3	-	(97.627)
Total	115.961	19.751	(52)	-	135.660

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2023 e 2022, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

14. Fornecedores

São compostos como segue:

	2023	2022
Fornecedores	24.156	14.676
Partes relacionadas – nota 22	915	698
	25.071	15.374
Circulante	25.065	14.945
Não circulante	6	429



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Dividendos a pagar

São compostos como segue:

	2023	2022
Saldo inicial	-	20.182
Aumento de capital social – nota 24	-	(10.182)
Dividendos propostos	16.451	-
Pagamento de dividendos	(16.451)	(10.000)
Saldo final	-	-

16. Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2023	2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	Pré-fixado de 3,75% a.a.	Fev/25	3.743	6.953
Crédito direto ao consumidor	CDI + 3,84% a.a. a 3,93% a.a.	Ago/24a Dez/24	170	348
			3.913	7.301
Circulante			3.380	3.397
Não circulante			533	3.904

Ao longo de 2023 e 2022, o endividamento da Companhia apresentou as seguintes mutações:

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2023
BRDE, BNDES, CEF e BNB	6.953	-	876	(886)	(3.200)	3.743
Capital de giro	-	-	-	-	-	-
Crédito direto ao consumidor	348	-	42	(44)	(176)	170
	7.301	-	918	(930)	(3.376)	3.913

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	24.485	8.000	3.701	(3.906)	(25.327)	6.953
Capital de giro	3.007	5.000	185	(192)	(8.000)	-
Crédito direto ao consumidor	490	-	67	(71)	(138)	348
	27.982	13.000	3.953	(4.169)	(33.465)	7.301

O montante em longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2023	2022
2024	-	3.371
2025	533	533
	533	3.904

17. Debêntures

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2023	2022
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (a)	CDI + 3,00%a.a	22/11/2029	137.000	75.801
(-) Custo de captação			(1.582)	(2.040)
			135.418	73.761
Circulante			8.428	801
Não circulante			126.990	72.960

Em 18 de novembro de 2022 a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 07 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023, respectivamente, tendo como Escriturador e Banco liquidanda da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização trimestral a partir de 22 de novembro de



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 42/62

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2024 e vencimento final em 22 de novembro de 2029.

Os recursos obtidos pela Emissora com a primeira emissão das debêntures da Primeira Série serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinadas dívidas. Os recursos obtidos da Segunda Série das Debêntures serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Riograndense Participações S.A. (controladora direta da CRVR), como principais pagadores e devedores proporcionais pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$135.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 75.000 (setenta e cinquenta mil) debêntures na Primeira Série (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) a quantidade de 60.000 (sessenta mil) debêntures na Segunda Série .

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela CRVR, os índices financeiros pactuados são i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras anuais auditadas, sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

Conciliação da movimentação de debêntures

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	Amortização de custo de captação	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	75.801	60.000	20.517	(19.318)	-	-	137.000
(-) Custo de captação	(2.040)	-	-	-	-	458	(1.582)
	73.761	60.000	20.517	(19.318)	-	458	135.418

	Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Amortização de custo de captação	Saldo em 31/12/2022
Debêntures	-	75.000	801	-	-	-	75.801
(-) Custo de captação	-	-	-	-	-	(2.040)	(2.040)
	-	75.000	801	-	-	(2.040)	73.761

18. Salários, benefícios e encargos sociais

São compostos como segue:

	Controladora	
	2023	2022
Salários	327	237
Encargos trabalhistas	642	496
Férias	1.874	1.527
Participação nos resultados	1.082	1.183
Outros	218	344
	4.143	3.787



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO GERAL

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos, taxas e contribuições

São compostos como segue:

	2023	2022
ISS	2.191	1.269
PIS	970	536
Cofins	4.697	1.378
ICMS	121	197
IRRF	188	208
ISS Retido	117	74
Parcelamentos fiscais	3	-
IRPJ/CSLL	2.567	1.475
Outros	217	212
	11.071	5.349

20. Provisões

O saldo é composto como segue:

	2023	2022
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	577	695
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	61.581	62.707
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	4.918	4.758
Provisão para obrigações contratuais futuras	28	18
	67.104	68.178

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

São compostos como segue:

	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo em 31/12/2021	666	-	54	720
Compensação de depósitos judiciais - 2021	96	-	-	96
Adições	-	2	-	2
Reversões	(67)	(2)	(54)	(123)
Saldo em 31/12/2022	695	-	-	695
Reversões	(118)	-	-	(118)
Saldo em 31/12/2023	577	-	-	577

Chances de perda foram classificadas como possível

Em 31 de dezembro de 2023, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra a Companhia com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totalizam R\$10.880 (R\$10.955 em 31 de dezembro de 2022). Os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente a ações descritas abaixo:

Número do Processo	Area Envolvida	Tipo de Objeto	Valor
Reclamação Trabalhista Nº CONFIDENCIAL	Trabalhista	Trata-se de uma demanda trabalhista com pleito de dano moral, indenização estabilitária, dano material, pensionamento, honorários advocatícios e responsabilidade subsidiária da CRVR.	Valor atualizado envolvido na ação com indicação de prognóstico possível: R\$433

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterrosFechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano e depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,79% ao ano (12,79% em 2022) que reflete o custo de capital da Companhia.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2023 e 2022:

	2023	2022
Saldo inicial	62.707	56.024
Constituição de provisão	2.645	8.325
Reversão / realização da provisão	(3.771)	(1.642)
Saldo final	61.581	62.707



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	4.758	3.573
Constituição de provisão	1.019	1.985
Reversão da provisão	(859)	(800)
Saldo final	4.918	4.758

21. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(11.062)	(7.556)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	61.581	62.707
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.886	1.340
Provisões contingências	576	695
Prov. transp. chorume	4.918	4.758
Provisão de participações no resultado	1.309	1.410
Benefícios pós emprego	19	15
Custo de aquisição de debentures	(1.582)	(2.040)
Outros	4	-
Total	57.649	61.329
Alíquotas - 34%	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	19.601	20.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	19.601	20.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	75.093	46.576
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(25.532)	(15.836)
Incentivos	686	355
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(22)	(17)
Bônus/doações/patrocínios	(207)	(122)
Atualização monetária	-	52
Ajuste de inventário	(167)	(73)
Baixas de Créditos por Prescrição	-	(556)
Outras diferenças permanentes	(216)	23
Perda por inadimplência	(1.295)	-
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	(1.398)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(28.151)	(16.174)
Corrente	(26.900)	(19.709)
Diferido	(1.251)	3.535
Alíquota efetiva	37,46%	34,73%



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$1.604 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.457 em 2022).

Outras transações com partes relacionadas

Seguem os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2023 e de 2022:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber						
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	241	164	(2.852)	(1.325)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	-	-	-	-	(18)	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	2	1	(18)	(1.043)
Revita Engenharia S.A.	-	-	586	498	(7.031)	(5.971)
Biotérmica Energia S.A.	394	1.249	86	35	2.113	2.321
Biometano Sul S.A.	334	-	-	-	290	-
	728	1.249	915	698	(7.516)	(6.018)
Mútuos						
Riograndense Participações S.A.	75.280	46.924	-	-	9.777	4.971
Biotérmica Energia S.A.	8.456	-	-	-	133	379
	83.736	46.924	-	-	9.910	5.350
Total	84.464	48.173	915	698	2.394	(668)
Circulante	728	1.249	915	698		
Não circulante	83.736	46.924	-	-		
Total	84.464	48.173	915	698		

Movimentação de mútuos no ativo:

	2023	2022
Saldo inicial	46.924	27.596
Aplicação	28.239	23.557
Juros	9.910	4.406
Recebimento de juros	-	(489)
Recebimento do principal	(607)	(8.779)
Encargos	(1.167)	633
Aumento de capital com assunção de dívida	437	-
Saldo final	83.736	46.924

Movimentação de mútuos no passivo:

	2022
Saldo inicial	258
Captação	5.000
Juros	209
Pagamento de juros	(228)
Pagamento do principal	(5.258)
Encargos	19
Saldo final	-

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, a controladora optou pelo aumento de capital social na Companhia, no montante de R\$13.855, perfazendo o total do Capital social de R\$54.904.

Em 10 de março de 2022, a controladora Riopar decidiu alterar o tipo jurídico da Companhia,



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transformando-a em sociedade por ações, sem solução de continuidade; passando a ser denominada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Em 14 de dezembro de 2022, a CRVR celebrou um contrato de partes relacionadas com sua controladora Riograndense Participações S.A. (“Riopar”), o aumento do capital social da Companhia em R\$27.220, com a criação de 27.209.748 ações ordinárias, passando o capital social de R\$54.904 para R\$82.124, dividido em 82.123.737 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data, sendo (a) R\$17.038 mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívidas” celebrado entre a Companhia e a Riopar em 29 de novembro de 2022; e (b) R\$10.182, mediante a compensação de créditos decorrentes de dividendos declarados pela Companhia em benefício da Riopar e não pagos até a presente data.

Em 01 de dezembro de 2023, mediante a compensação de créditos decorrentes do “Contrato de Assunção de Dívida” celebrado entre a Companhia e sua controladora Riopar, foi realizado o aumento do capital social da Companhia em R\$10.101, com a criação de 10.100.798 ações ordinárias, passando o capital social de R\$82.124 para R\$92.225, dividido em 92.225.535 ações, com valor nominal de R\$ 1,00, todas subscritas e integralizadas pela Riopar nesta data.

b) Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entregas de bens ou de prestação de serviços.

c) Distribuição de lucros

A Administração aprovou a distribuição de dividendos da CRVR no valor total de R\$16.451, pagos conforme o seguinte cronograma: (a) R\$10.000 no mês de abril/2023; (b) R\$181 no mês de maio/2023; e, (c) R\$1.045 mensalmente entre os meses de julho e dezembro/2023.

Abaixo tabela com a destinação dos lucros:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	46.942	30.402
Reserva legal - 5%	(2.347)	-
Base para distribuição mínima	44.595	30.402
% dividendos mínimos obrigatórios	40%	40%
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	-	-

(a) A Administração deliberou em 01 de dezembro de 2023 e 14 de dezembro de 2022 pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em estatuto social referente aos exercícios de 2023 e 2022.

a) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Outros resultados abrangentes

O valor de R\$7 em 31 de dezembro de 2023 refere-se a provisão relacionada a Benefício Pós Emprego (R\$1 em 31 de dezembro de 2022).



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita operacional líquida

São compostos como segue:

	2023	2022
Receita de resíduos	270.543	210.799
Receita venda de biogás	2.604	2.350
Receita crédito de carbono	3.808	918
Total receita bruta	276.955	214.067
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(11.208)	(8.295)
PIS	(4.502)	(3.499)
COFINS	(20.735)	(16.115)
ICMS	(313)	(480)
Total de deduções sobre vendas	(36.758)	(28.389)
Receita líquida	240.197	185.678
Mercados Geográficos		
Mercado interno	273.147	213.149
Mercado externo	3.808	918
Total da receita bruta	276.955	214.067

As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a

25. Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2023	2022
Salários e encargos	(24.926)	(21.838)
Aluguel	(33.240)	(27.879)
Depreciações	(14.019)	(12.107)
Materiais aplicados nos serviços	(23.115)	(21.199)
Serviços de terceiros (a)	(52.662)	(41.462)
Créditos fiscais (b)	10.878	9.050
Energia elétrica	(1.901)	(852)
Fechamento de aterro	1.126	(6.683)
Licenças e taxas	(328)	(29)
Outros custos de produção	(6.244)	(5.879)
	(144.431)	(128.878)

(a) Refere-se substancialmente a custos com transportes de resíduos, análises e assessoria com testes técnicos.

(b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

26. Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2023	2022
Reversão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(546)	(546)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(3.813)	(1.634)
Patrocínios, brindes e doações	(402)	(135)
Propaganda e publicidade	(279)	(175)
Outros	(183)	(86)
	(5.223)	(2.576)



CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2023	2022
Remuneração direta mão de obra	(769)	-
INSS	(129)	(12)
Benefícios	(53)	-
FGTS	(33)	-
Materiais	(48)	(216)
Serviços de Terceiros (a)	(7.031)	(5.972)
Tributos, Seguros e Contribuições	(29)	(27)
Viagens e Estádias	(15)	(4)
Despesas serviços compartilhados (b)	(2.852)	(1.947)
Outros	(6)	-
	(10.965)	(8.178)

(a) Refere-se a serviços de gestão de assessoria técnica.

(b) Refere-se a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

São compostos como segue:

	2023	2022
Receita de aluguel	-	120
Outras receitas (despesas) eventuais	(1.369)	1.315
Resultado venda de imobilizado	(92)	-
Provisões para contingências	118	(121)
Despesas e provisões contingências	(617)	(140)
Patrocínio e doações (a)	(255)	(239)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(1.028)	(722)
Total	(3.243)	213

(a) A Companhia com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua.

As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, direitos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte.

Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socio ambiental e reafirmam os valores da Companhia.

29. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2023	2022
Receitas juros sobre contratos de mútuos	9.910	5.649
Variação monetária ativa	-	37
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.749	937
Correção de depósitos judiciais	3	-
Juros recebidos e descontos obtidos	296	228
Outras receitas financeiras	292	155
Total receitas financeiras	21.250	7.006
Variação monetária passiva	(6)	(38)
Despesas bancárias	(193)	(484)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	(67)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(7)	(78)
Despesas com juros passivo de arrendamento	(1)	-
Despesas com multas e moras financeiras	(153)	(284)
Despesas com captação debentures	(458)	(31)
Tributos sobre movimentações financeiras	(238)	(247)
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(21.435)	(4.754)
Outros	-	(706)
Total despesas financeiras	(22.491)	(6.689)
Total	(1.241)	317



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2023	2022
Seguro patrimonial	59.033	52.838
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
	69.033	62.838

31. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definição do IAS 33 – Lucro por ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	46.942	30.402
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	82.965	57.172
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,57	0,53
Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021	82.124	54.904
Efeito das ações emitidas no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	841	2.268
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	82.965	57.172





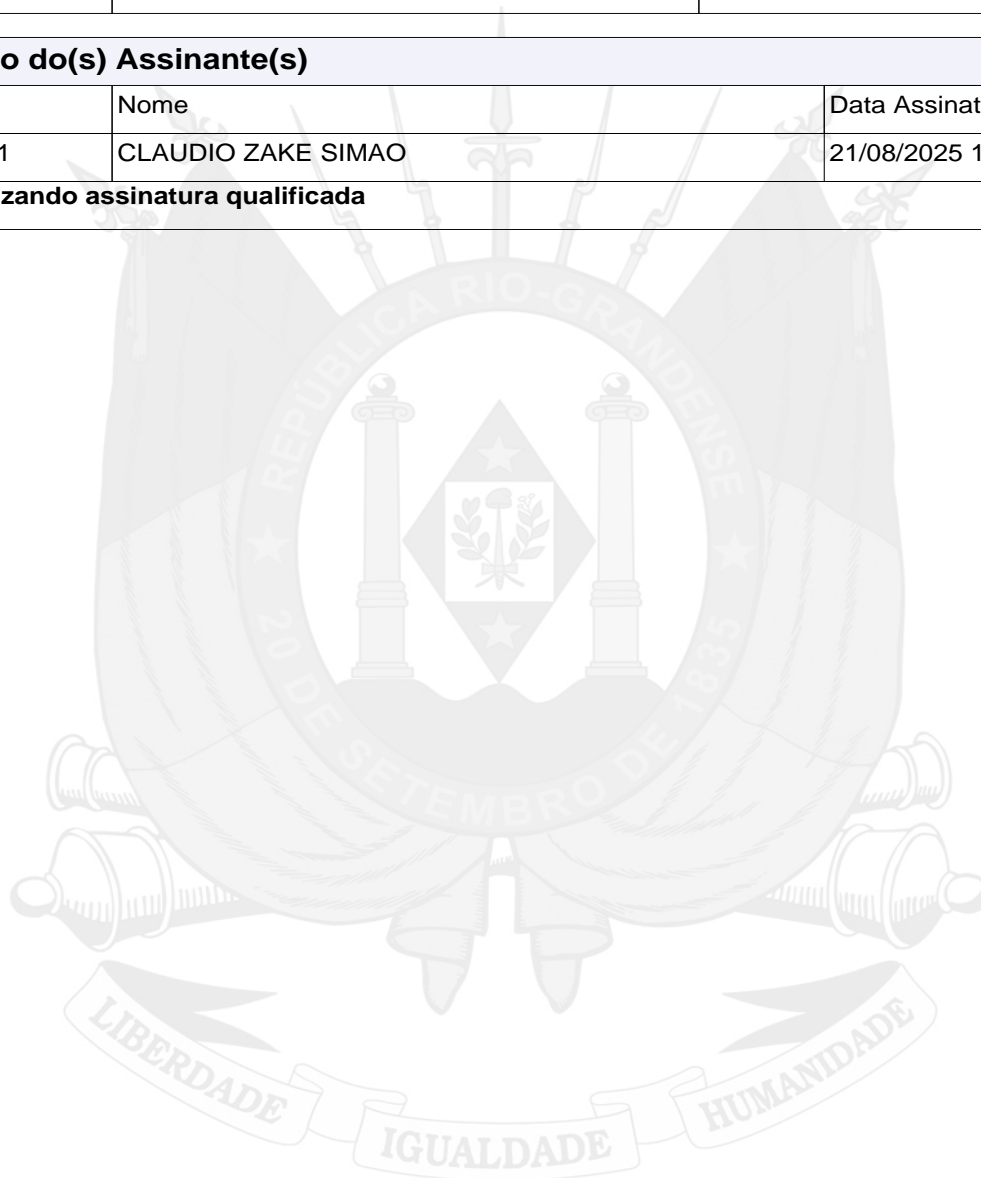
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.185/0001-84, com sede no Município de Minas do Leão, Estado do Rio Grande do Sul, na BR 290, Km 181, s/n, Parte, Bairro Coreia, CEP 96755-000, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Sr. **LEOMYR DE CASTRO GIRONDI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 5011580528 SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 479.570.930-00, e por seu Procurador, Sr. **RAFAEL HOLLWEG SALAMONI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 7076652739 SJS/RS, inscrito no CPF sob nº 993.712.780-72, ambos com escritório profissional na sede da Outorgante.

OUTORGADOS: ALBERTO LOPES RANGEL MOREIRA, inscrito na OAB/RJ sob o nº 105.184, na OAB/SP sob o nº 185.107 - A e no CPF/MF sob o nº 077.936.047-84; CLAUDIO ZAKE SIMÃO, inscrito na OAB/SP sob o nº 193.987 e no CPF/MF sob o nº 199.122.548-21; EMÍLIO RODRIGUES FERACIM, inscrito na OAB/SP sob o nº 204.277 e no CPF/MF sob o nº 299.608.478-02; JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA, inscrito na OAB/SP sob o nº 346.517 e no CPF/MF sob o nº 347.132.188 - 80; JOSIANE GONÇALVES DIOGO, inscrita na OAB/SP sob o nº 388.514 e no CPF/MF sob o nº 354.214.498-31; AMAURY BRAGA CALIXTO, inscrito no CRC/MG sob o nº 077956/O-3 e no CPF/MF sob o nº 040.674.546-35, todos da firma ZAKE E RANGEL ADVOGADOS, com escritório na capital do Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, 463, conjuntos 33 e 34, Jardim Paulista, CEP 01404-902, inscrita no CNPJ sob o nº 04.676.352/0001-12.

LOCAL DE VALIDADE: Todo o Estado do Rio Grande do Sul

PODERES: Em conjunto ou isoladamente, independente de ordem de nomeação, representar a Outorgante perante a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com a finalidade precípua de promover requerimentos, protocolos, averbações, registros e arquivamentos de atos societários, bem como assinar declarações relacionadas, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, tudo de acordo com as políticas, procedimentos e Código de Conduta do Grupo Solví.

VALIDADE: Válida pelo período de 01 (ano), a partir da data de assinatura, sendo expressamente vedado o substabelecimento dos poderes aqui conferidos, no todo ou em parte. A presente Procuração substitui e revoga os instrumentos anteriores emitidos com o mesmo teor.

ENCERRAMENTO: Por ser verdade e dando tudo por bom, firme e valioso, firma-se a presente procuração nesta data, para que possa produzir os devidos e legais efeitos.

Minas do Leão/RS, 28 de abril de 2025.

LEOMYR DE CASTRO GIRONDI

RAFAEL HOLLWEG SALAMONI

Validado Jurídico Solví



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 30/04/2025

Dados do Documento

Tipo de Documento: Procuração Particular - Assina Outorgante e Jurídico
Referência Contrato: 250428 - CRVR - Procuração Anual_Zake e Rangel
Situação: Vigente / Ativo
Data da Criação: 28/04/2025
Validade: 28/04/2025 até Indeterminado
Hash Code do Documento: 5688DF3362DE6FFFA12703EC7C5CD4C4F84CF5FE5D6E0F6143A006674FE5FDDE

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Outorgante		
Relacionamento	03.505.185/0001-84 - 01401 - CRVR MINAS DO LEAO		
Representante		CPF	
LEOMYR DE CASTRO GIRONDI			479.570.930-00
Ação:	Assinado em 30/04/2025 01:28:17 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6795F60FBB7BC060	IP:	177.44.229.234
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		
Representante		CPF	
Rafael Hollweg Salamoni			993.712.780-72
Ação:	Assinado em 29/04/2025 07:51:47 com o certificado ICP-Brasil Serial - 2AA58B23176C25F0	IP:	187.109.19.122
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/135.0.0.0 Safari/537.36		
Localização	Não Informada		
Tipo de Acesso	Normal		

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **NJQRZ-NPJWT-BMM4W-NBONW**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://validar.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em

<https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://validar.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código NJQRZ-NP-JWT-BMM4W-NBONW ou em <https://validar.iti.gov.br> conforme instruções lá colocadas





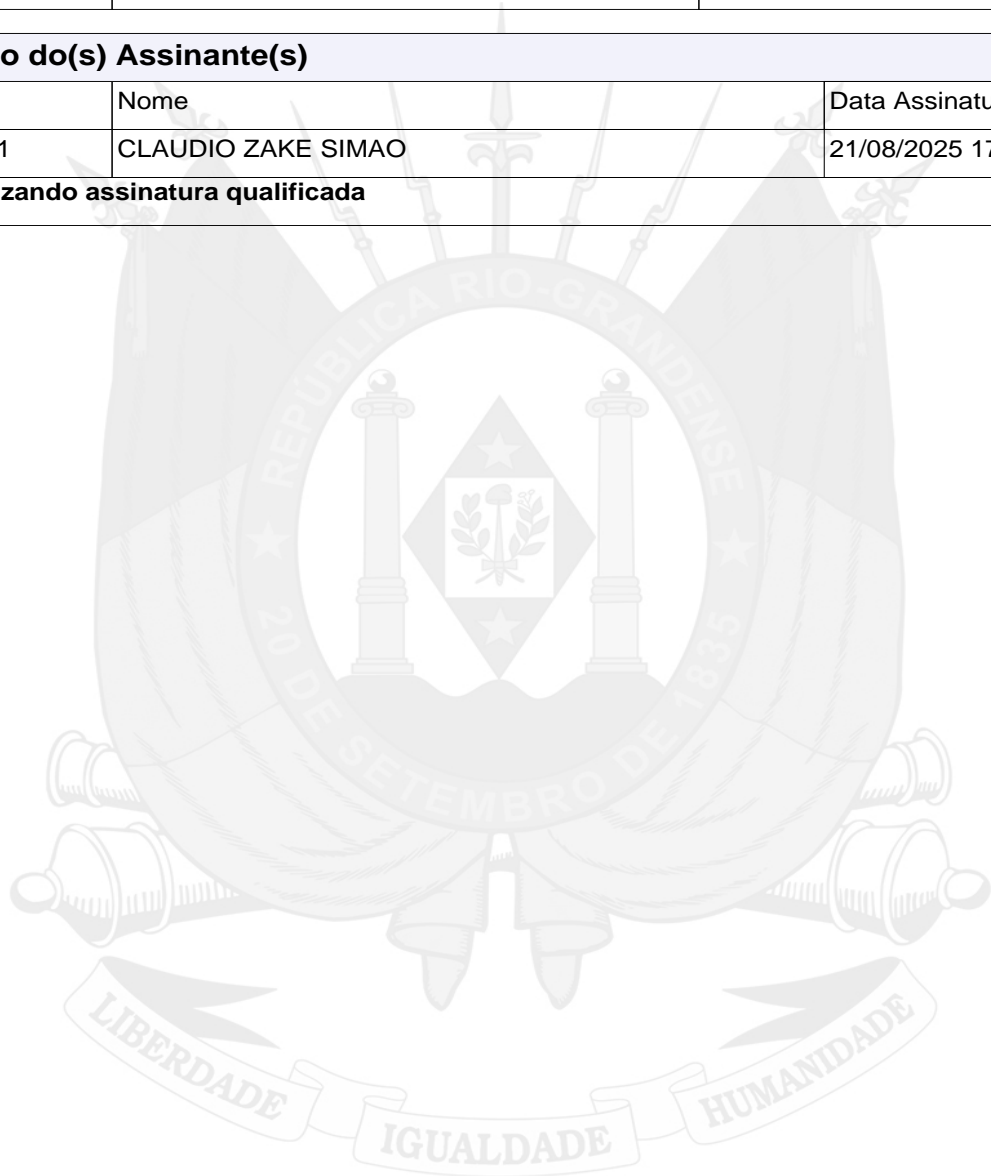
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada		



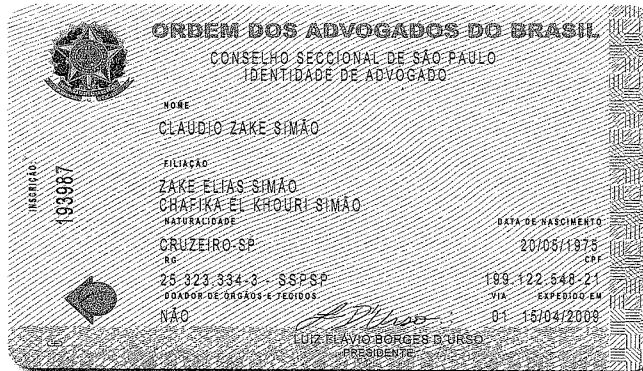
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.



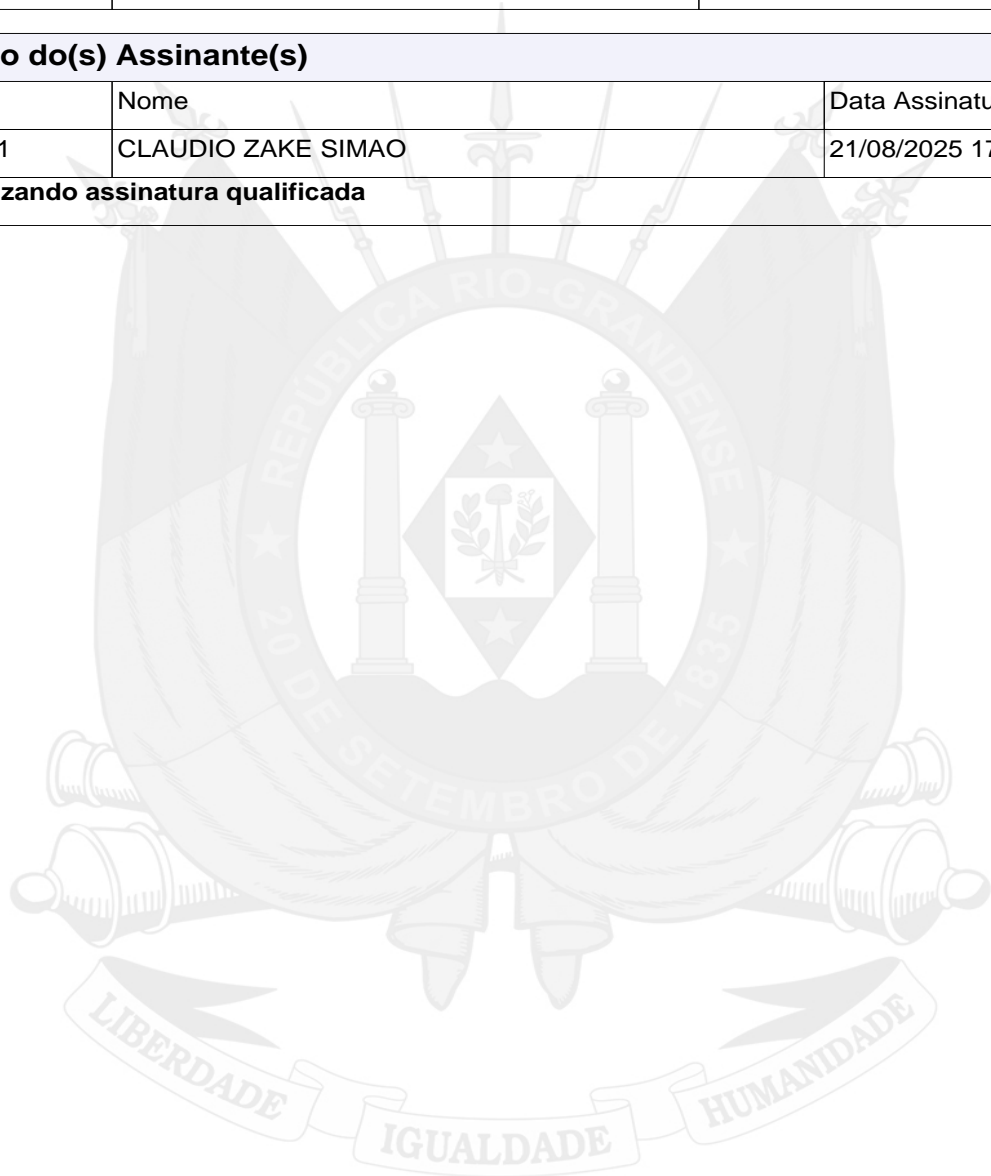
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/282.065-4	RSE2400288752	02/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.


SECRETÁRIO-GERAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Claudio Zake Simão, com inscrição ativa na(o) OAB/SP sob o nº 193987, expedida em 15/04/2009, inscrito no CPF nº 199.122.548-21, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este(s) documento(s) é (são) autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is). Documentos apresentados:

Especificação do Documento	Quantidade de Páginas
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 DA CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., CNPJ/MF nº 03.505.185/0001-84 E NIRE 43.300.068.498.	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., CNPJ/MF nº 03.505.185/0001-84 E NIRE 43.300.068.498.	41
RECIBO DA PUBLICAÇÃO NA CENTRAL DE BALANÇOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023- 4920 CRVR – RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A., CNPJ/MF nº 03.505.185/0001- 84 E NIRE 43.300.068.498.	2
Cópia simples da carteira profissional ou certidão de regularidade do profissional inscrito na OAB/SP, número: 193987.	1

SAO PAULO, 25 de julho de 2025.

Claudio Zake Simão



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

pág. 59/62



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., de CNPJ 03.505.185/0001-84 e protocolado sob o número 24/282.065-4 em 20/05/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11206802, em 25/08/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Luís Valter Meirelles Barbosa.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:30
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/validacao) informando o número do protocolo 24/282.065-4.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	21/08/2025 17:29:31
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Declaração de Autenticidade

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
199.122.548-21	CLAUDIO ZAKE SIMAO	25/07/2025 10:46:28
Assinado utilizando assinatura qualificada	AC VALID RFB v5	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 25/08/2025



Documento assinado eletronicamente por Luís Valter Meirelles Barbosa, Servidor(a) Público(a), em 25/08/2025, às 19:54.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](http://portal.de.servicos.da.jucisrs) informando o número do protocolo 24/282.065-4.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
RIO GRANDE DO SUL
Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre. segunda-feira, 25 de agosto de 2025



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 11206802 em 25/08/2025 da Empresa CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A., CNPJ 03505185000184 e protocolo 242820654 - 20/05/2025. Autenticação: 929895989F17FE5551D8D3595156B789D965A36. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 24/282.065-4 e o código de segurança dyHh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2025 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.